EMENDA Nº 237

Com base no art. 7º do Regulamento Interno da Comissão, dê-se a seguinte redação ao art. 31, §8º, do anteprojeto:

Art. 31. As iniciativas ou alterações de atos normativos que impliquem em afetação de direitos, interesses ou obrigações de agentes econômicos, trabalhadores do setor ou usuários da infraestrutura aeronáutica ou de serviços aéreos devem ser precedidas de audiência pública, convocada pelo agente regulador mediante aviso publicado no Diário Oficial da União, com prazo mínimo de trinta dias de antecedência.

[...]

§8º A audiência pública tratada nesse artigo poderá ser suprimida no caso em que o ato normativo trate de assunto de amplo conhecimento e cujo teor já tenha sido alvo de audiência pública anterior. No caso de supressão da audiência prevista neste parágrafo, uma consulta não presencial, conforme previsto no §2º deste artigo, deverá ser realizada.

JUSTIFICATIVA: Concordamos com o texto e consideramos o mesmo de grande importância para o novo CBA. Contudo, sugerimos a substituição do §8º.

Entendemos que a delegação de atividades dentro da autoridade é assunto que deve ser tratado no âmbito das competências e atribuições internas à cada instituição. Dessa forma, a inclusão do texto pode gerar restrições adicionais que oneram a atividade regulatória sem trazer ganhos ao processo.

Sugerimos incluir, no lugar deste parágrafo, uma provisão para não realizar audiências presenciais quando a mesma, por ser cediça e anteriormente debatida, não trouxer ganhos ao processo normativo. A consulta não presencial é mantida nesse caso, conforme previsto no Art. Lei 11.182/05).

Marcus Vinicius Ramalho de Oliveira